Globethics Repository



Governamentalidade, gênero e educação, uma relação complexa [Governmentality, gender and education, a complex relationship]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Junges, Márcia
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-10-31 03:36:40
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/158323

Governamentalidade, gênero e educação, uma relação complexa

Maria Cláudia Dal'Igna sustenta que governamentalidade e gênero são ferramentas teóricas para ampliar a compreensão das formas de condução dos sujeitos

Por Márcia Junges e Ricardo Machado

Para além do masculino e do feminino, o conceito de gênero tem sido problematizado desde a sua formulação. Seja como categoria analítica, seja como simples referência para designar as diferenças entre os sexos, a pesquisadora Maria Cláudia Dal'Igna afirma, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, que este – juntamente com o conceito de governamentalidade – é fundamental como ferramenta teórica para ampliar a compreensão das formas de condução dos sujeitos.

Ao analisar as estratégias biopolíticas de subjetivação das condutas dos sujeitos, a professora destaca que esses são modos de intervenção na existência coletiva que são produzidos, inclusive, na escola. "Quando examinamos a produção de diferenças e desigualdades de gênero no campo da Educação e na escola, não podemos responsabilizar o/a professor/a, individualmente. Dizendo de outro modo, saberes e conhecimentos que docentes constroem na Universidade e nas relações sociais estão relacionados com o modo como eles/elas se relacionam com o/a aluno/a e suas diferenças", sustenta.

Como há discursos que são produzidos na negação, nos silêncios, Maria Cláudia sustenta que é preciso ter atenção para apreender estas práticas discursivas. "Os 'silêncios' a respeito dos insultos e as piadas sobre 'bichas', '*gays*', 'travestis', 'sapatas', 'machorras', que fazem parte do cotidiano escolar, são exemplos que nos mostram como a escola é atravessada e constituída por (e, ao mesmo tempo, constitui) pressupostos de gênero e de sexualidade", sustenta. "Por isso, considero indispensável compreender que a escola não é apenas um espelho que reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade. A escola também as produz", complementa.

Maria Cláudia Dal'Igna possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, é ainda pesquisadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI/UNISINOS/CNPq).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir da perspectiva da biopolítica, quais são as articulações possíveis entre gênero e governamentalidade?

Maria Cláudia Dal'Igna – Em um conjunto de pesquisas que venho desenvolvendo e orientando, apoiando-me em dois campos teóricos – Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas e Estudos Foucaultianos –, discuto as possibilidades que a articulação dos conceitos de gênero e de governamentalidade oferecem em termos teóricos e metodológicos, especialmente para examinar os processos de subjetivação. Assim, sob essa perspectiva, governamentalidade pode ser compreendida como uma grade de análise para as relações de poder implicadas nas formas de condução da conduta dos sujeitos, e gênero, como um elemento organizador que dimensiona essas formas de condução da conduta, na medida em que regula e modifica as rela-

> ***Os 'silêncios' a respeito dos insultos e as piadas mostram como a escola é atravessada e constituída por pressupostos de gênero e de sexualidade***

ções de mulheres e homens consigo mesmos, produzindo um modo de ser e de viver a feminilidade e a masculinidade. Nesse sentido, tenho afirmado que gênero e governamentalidade são duas ferramentas importantes para quem pretende examinar as formas de condução da conduta dos sujeitos e as estratégias biopolíticas contemporâneas de intervenção na existência coletiva e nos modos de subjetivação por meio dos quais os sujeitos são levados a atuar sobre si próprios, em nome da sua própria vida ou de alguma forma de vida coletiva.

IHU On-Line – Como podemos compreender o conceito de gênero?

Maria Cláudia Dal'Igna – Muitas teóricas feministas têm chamado a atenção para o fato de que o conceito de gênero, desde sua formulação e emergência no âmbito do movimento feminista, tem sido entendido a partir de diferentes posições teóricas, o que possibilita uma ampla gama de usos – seja como categoria analítica, seja como simples referência para marcar as diferenças entre os sexos. Além disso, sua adoção foi (é) alvo de polêmicos debates devido às suas implicações políticas para a luta feminista, pautada inicialmente no sujeito "mulher", gerando ainda discussões sobre a necessidade (ou não) de problematizar as noções biologicistas de corpo e sexo. Nas últimas décadas, estudiosas como Joan Scott[1], Linda Nicholson[2], Guacira Louro[3] e Dagmar Meyer[4] têm problematizado as noções de corpo, de sexo, de gênero e de sexualidade, e esse exercício tem produzido mudanças epistemológicas e metodológicas importantes no campo dos estudos feministas.

Nessa perspectiva, de modo resumido, pode-se afirmar que o conceito de gênero possibilita: (a) rejeitar e problematizar noções essencialistas e universais de mulher e de homem; (b) examinar os diferentes modos pelos quais o conceito opera estruturando o próprio social; (c) analisar formas de condução da conduta de mulheres e de homens, atentando para o pressuposto de que o feminino e o masculino são construções relacionais e interdependentes; (d) examinar as redes de poder envolvidas no processo de diferenciação que permite classificar, hierarquizar e posicionar sujeitos femininos e masculinos.

IHU On-Line – Qual é a importância de refletir sobre as relações de gênero no campo da Educação e, principalmente, para a formação de professores?

Maria Cláudia Dal'Igna – Como professora e pesquisadora comprometida com a formação de professores, enfatizo a importância de um espaço de estudo, dentro e fora da escola, que nos permita buscar subsídios para elaborar práticas pedagógicas comprometidas com os/as alunos/as e suas diferenças. Nos cursos de licenciatura, um dos maiores desafios que temos enfrentado é formar docentes comprometidos/as com as mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, capazes de mobilizar saberes disciplinares e pedagógicos que os/as façam suspeitar das crenças que possuem, por exemplo, sobre modos de "ser menino" e "ser menina". Sobre isso, gostaria de fazer uma ressalva. Quando examinamos a produção de diferenças e desigualdades de gênero no campo da Educação e na escola, não podemos responsabilizar o/a professor/a, individualmente. Dizendo de outro modo, saberes e conhecimentos que docentes constroem na Universidade e nas relações sociais estão relacionados com o modo como eles/elas se relacionam com o/a aluno/a e suas diferenças. Nesse sentido, considero importante e instigante estudar o conceito de gênero nos cursos de formação de professores.

IHU On-Line – Por que ainda é tão difícil abordar as questões de gênero e sexualidade na escola?

Maria Cláudia Dal'Igna – Para discutir a forma como a escola trabalha com os temas gênero e sexualidade, é preciso pensar na sua gênese. Esta instituição é uma maquinaria que tem entre seus objetivos formar os indivíduos para

1 **Joan Wallach Scott** (1941): é uma historiadora estadunidense, nascida em 18 dezembro de 1941 no Brooklyn, cujo trabalho, inicialmente dedicado à história francesa (movimento operário e história intelectual) foi direcionado na década de 1980 para a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero. Ela atualmente ocupa a cadeira Harold F. Linder no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Linda Nicholson:** professora na Universidade de Washington, nos Estados Unidos, nos Departamentos de História e de Mulher, Gênero e estudos da sexualidade. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Guacira Lopes Louro**: professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foi fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero. Tem como interesse de pesquisa questões de gênero, sexualidade e teoria *queer* em articulação com o campo da Educação. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Dagmar Estermann Meyer:** Possui graduação em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, com mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, onde é professora convidada nos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Saúde Coletiva. Meyer é membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq). (Nota da **IHU On-Line**)

um tipo de sociedade. É nesse contexto que as propostas pedagógicas, embasadas na Pedagogia, na Psicologia, na Psicopedagogia, entre outros campos, criam posições distintas para meninos e meninas dentro da escola, e estes passam a ser narrados de acordo com um padrão de normalidade. Tal padrão permite determinar os/as alunos/as que estão mais próximos/as ou mais distantes do perfil desejado de aluno/a. Com base nisso, afirmo que a escola enfrenta dificuldades cada vez mais sérias e evidentes para trabalhar com as diferenças de gênero e de sexualidade. Os "silêncios" a respeito dos insultos e as piadas sobre "bichas", "*gays*", "travestis", "sapatas", "machorras", que fazem parte do cotidiano escolar, são exemplos que nos mostram como a escola é atravessada e constituída por (e, ao mesmo tempo, constitui) pressupostos de gênero e de sexualidade. Por isso, considero indispensável compreender que a escola não é apenas um espelho que reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade. A escola também as produz.

IHU On-Line – Em suas pesquisas, quais foram as principais conclusões a que chegou sobre as relações entre desempenho escolar e gênero?

Maria Cláudia Dal'Igna – A temática do desempenho escolar tem sido analisada por estudos e pesquisas nas mais diversas áreas de conhecimento. Ao mesmo tempo, políticas e programas sociais têm focalizado o tema. Nesse contexto, o melhor rendimento das meninas tem sido justificado por seu maior interesse, atenção, esforço, enquanto os meninos não aprendem porque têm dificuldades de concentração. Essa explicação para as diferenças de rendimento entre meninos e meninas atribui às meninas – que aprendem desde cedo a serem bem-comportadas, organizadas, disciplinadas, obedientes, caprichosas – uma capacidade maior de adaptação à escola. Já os meninos teriam maior dificuldade de adaptação porque são indisciplinados, agitados, desorganizados, daí seu baixo desempenho escolar. É muito comum escutarmos essas afirmações na escola.

Geralmente, reconhecemos esses modos de "ser menino" e "ser menina" como parte da natureza de ambos. É mais raro nos perguntarmos como pressupostos de gênero e sexualidade podem estar atravessando e constituindo modos de significar esses comportamentos. As pesquisas que desenvolvi nos últimos 14 anos têm utilizado o conceito de gênero como *ferramenta* para análise de tal questão. Nessas pesquisas, tem sido possível identificar as implicações das normas de linguagem, conhecimento e comportamento na criação e na demarcação de diferentes posições para meninos/alunos e meninas/alunas.

> ***Governamentalidade é uma grade de análise para as relações de poder***

Mecanismos de naturalização, essencialização e dicotomização são acionados e funcionam para justificar as diferenças de desempenho entre meninos e meninas.

Para explicar melhor, posso citar como exemplo uma das pesquisas que desenvolvi com professoras de crianças com baixo desempenho escolar, com histórias de múltiplas repetências. Ao final do trabalho de campo, as professoras diziam que gênero era "uma coisa sobre a qual elas nunca tinham parado para pensar". Esse modo de mobilizar gênero está relacionado com o status que lhe é concedido: ele se constitui como algo irreconhecível, impossível de ser acolhido como verdade, por isso recusado e ignorado: "eu não vejo diferença nenhuma", "não há diferenças", "a gente trata meninos e meninas do mesmo modo". É nesse sentido que podemos dar visibilidade a um dos processos de naturalização: a negação, o silêncio, a recusa, a indiferença, são indicativos de um "jeito" de conhecer e um modo de significar as relações entre desempenho escolar e gênero.

IHU On-Line – A senhora tem afirmado que gênero opera como elemento organizador das subjetividades docentes e do desempenho escolar em tempos de inclusão e de governamentalidade neoliberal. O que isso quer dizer?

Maria Cláudia Dal'Igna – Em tempos de inclusão e de governamentalidade neoliberal, pode-se afirmar que é preciso agir sobre a conduta do sujeito para torná-lo capaz de agir sobre si e sobre os outros para manter-se participante e buscar soluções para os problemas sociais. Ao examinar os processos de subjetivação utilizando os conceitos de gênero e de governamentalidade como ferramentas, é possível identificar algumas tecnologias de governamento que operam sobre as mulheres-professoras e sobre as mulheres-mães, levando-as a atuarem sobre si próprias, fazendo com que essas mulheres aprendam a ver-se e a julgar-se de acordo com normas ("ser mulher"; "ser professora"; "ser mãe") estabelecidas. Em outras palavras, o conceito de gênero funciona como uma ferramenta que possibilita diferenciar as tecnologias de governamento direcionadas às mulheres daquelas que focalizam as mães e as professoras. Para agir sobre a própria subjetividade, é necessário transformar pensamentos e desejos do indivíduo em objetos de inspeção e regulação. Posso citar aqui como exemplo o processo de responsabilização da mulher-mãe pelo sucesso/fracasso escolar, por meio do qual ela é levada a atuar sobre si própria para ser capaz de participar da vida escolar de seu/sua filho/a. Isso implica: incentivar o/a filho/a a estudar; ensinar o/a filho/a a relacionar-se com o mundo; frequentar a "reunião de pais"; participar do CPM; auxiliar com o dever de

casa; cuidar da saúde do/a filho/a. As práticas do self levam as mulheres-mães à autorreflexão e à autoavaliação pessoais – "Não sei se estou fazendo certo"; "Eu me sinto um pouco, digamos, sem estar participando"; "Eu poderia participar mais"; "Será que eu estou deixando a desejar em relação a isso [a educação dos/as filhos/as]?". Posso citar, também, as estratégias de intervenção sobre a mulher-professora para que ela "preste contas" de si a si mesma por sua "(in)competência" docente para ensinar, o que contribui, ainda, para materializar a culpa docente gerada pelo baixo desempenho de alunos/as e pelas avaliações locais e nacionais. Ao afirmar que gênero opera como elemento organizador das subjetividades docentes e do desempenho escolar em tempos de inclusão e de governamentalidade neoliberal, quero enfatizar os investimentos feitos na condução da conduta da mulher para que ela se torne capaz de conduzir a si mesma como mulher e como mãe, tornando-se responsável por gerar e criar filhos/as saudáveis, e como mulher e como professora, tornando-se responsável por controlar (reduzir) os riscos de um possível fracasso.

IHU On-Line – É possível construir outras relações entre homens e mulheres na sociedade?

Maria Cláudia Dal'Igna – Eu acredito que sim. E nós fazemos isso o tempo todo. Na medida em que se questiona a normatividade do gênero e da sexualidade, põem-se em xeque pressupostos de neutralidade e universalidade das normas fixadas para regular o modo como pensamos e vivemos. Essas normas podem e devem ser problematizadas. Ao serem tomadas como objetos de problematização, é possível argumentar que são produzidas num campo de forças e de relações de poder. Elas são impostas, e a elas atribuímos sentido e valor. Acredito que isso torna possível analisar os processos de diferenciação conflituosos e hierarquizados que funcionam para significar as relações entre mulheres e homens na sociedade, assim como discutir as implicações dessas normas no processo de diferenciação e de posicionamento desigual de mulheres e homens. Permite, ainda, discutir as conflitualidades presentes no processo de normatização dos gêneros e das sexualidades que, ao mesmo tempo, os diferenciam e os homogeneízam. Ao fazê-lo, fragmentam e multiplicam as noções de masculinidade e feminilidade homogêneas e unitárias. Aposto que essa perspectiva de análise, que propõe a articulação dos Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas e dos Estudos Foucaultianos, pode promover a criação de possibilidades para o questionamento de alguns modos de significar os gêneros, para suspeitar deles, para ressignificá-los, para atribuir-lhes novos valores ou, de modo radical, para recusá-los. ■

